

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MEMBROS DO GPCOT/Ex-MTb NO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Presentes: Pela **SECRETARIA DO TRABALHO**: Sr. Antônio Carlos Fontoura - Assessor Especial do Secretário do Trabalho.

Pela bancada dos trabalhadores: **CONDSEF/FENADSEF**: Rogério Expedito (MG), Ivete Amorim (MT), Mário Angelo Vitória (MG), Wellison Marques de Araújo (GO), Célia Maria Souza (BA) e Amaral (DF); **FENASPS**: Carmen Lúcia Marques (CE), Vívian Hamp F. Rennhack (RS), Pedro Paulino (SP), Ronell da Cunha (RS); **SINDSEF/SP**: Beth Lima

PAUTA DA REUNIÃO: 1. Metas e Avaliação de Desempenho; 2. Diagnóstico do Seguro-Desemprego; 3. Apostilamento das Chefias das Unidades da Secretaria do Trabalho; 4. Novo formato do GPCOT perante o Ministério da Economia; 5. Gestão do eSocial, mediação e capacitação de servidores para a formação de políticas públicas; 6. Discussão sobre plano de carreira e 7. Próxima reunião.

Resumo das discussões:

1. Metas e Avaliação de Desempenho: No que concerne ao tema da avaliação de desempenho do 9º ciclo avaliativo (01 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019), foram feitas as seguintes ponderações: Quando as metas globais e intermediárias foram fixadas pelas Portarias nº 491, de 29 de junho de 2018; e nº 492, de 29 de junho de 2018, ambas estavam dentro do contexto da existência da pasta do Trabalho com status ministerial. Com a Reforma Administrativa instituída pela Medida Provisória nº 870/2019, as atribuições do extinto Ministério do Trabalho foram divididas em três diferentes pastas (Economia, Justiça e Cidadania), o que desmembrou as atividades, ficando as mesmas sob responsabilidade de outros ministérios. Considerando que o resultado do desempenho individual dos servidores e da instituição implica no valor a ser pago à título de gratificação de produtividade, se permanecerem as mesmas metas, hoje divididas em três ministérios, poderão levar à redução da remuneração dos servidores do extinto MTb, cujos efeitos financeiros recairiam em todo o período de julho de 2019 a junho de 2020.

No sentido de evitar a redução salarial, o que certamente comprometerá as condições de

sobrevivência dos servidores, os membros do GPCOT solicitaram a suspensão do 9º. Ciclo avaliativo, e para fins de pagamento da referida gratificação, foi solicitado que seja levado em conta o resultado do ciclo anterior. Foi reivindicado ainda que seja adotado o mesmo procedimento quanto aos ciclos seguintes, ou seja, a repetição deste resultado anterior, mas ainda vigente, bem como de que não sejam definidas metas para um novo ciclo avaliativo até que toda a estruturação esteja efetivamente consolidada, evitando assim a estipulação de metas inatingíveis e como consequência, o respectivo rebaixamento salarial. Feita a discussão, o Assessor Especial da Secretaria do Trabalho se prontificou a encaminhar à área competente o pedido formal do GPCOT para fins de um posicionamento da Diretoria de Gestão de Pessoas.

2. Diagnóstico do Seguro-Desemprego: Tendo em vista que a bancada sindical do GPCOT, com a colaboração dos colegas dos estados, apresentou no ano passado um diagnóstico sobre os principais problemas do seguro desemprego e possíveis soluções, reiterou nesta reunião a solicitação de que os responsáveis por essa área no atual Ministério, apresentem respostas para que se possa garantir um melhor atendimento à população. É evidente que os problemas atuais têm demandado um número expressivo de ações judiciais, assim como tem causado insegurança jurídica aos servidores no desempenho de suas funções nessa área.

Foi informado pelo Sr. Antônio de que a Secretaria do Trabalho iniciou o processo de descentralização da análise dos recursos de seguro desemprego para os estados, em atendimento a nossa solicitação, tendo em vista a demora na execução desse serviço pela sede, e que esta analisará um menor número de recursos.

Após discussão, decidiu-se que a bancada sindical formalizará novamente a solicitação para análise, pela qual, apresentará proposta de criação de um Comitê Nacional Gestor que tenha como objetivo buscar a normatização dos procedimentos e de execução dos serviços, bem como a padronização das atividades, com o intuito de alcançar as soluções aos problemas e a melhoria da execução dos serviços e atendimento à população.

3. Sobre o Apostilamento das Chefias nas Unidades da Secretaria do Trabalho: Foi informado pelo Sr. Antônio que a portaria com o apostilamento seria publicado no dia seguinte, dia 10 de maio. Informou que nesse ato, será formalizado o fechamento de 79 (setenta e nove) locais de trabalho, uma vez que, na prática, já estão fechados, e que as

gerências de São Paulo (capital) serão transformadas em agências. Comunicou ainda que em julho será formalizado o fechamento de mais 11 (onze) agências, e que na prática já se encontram fechadas.

Na estrutura anterior do Ministério do Trabalho existiam 480 agências, 114 gerências e 27 superintendências em todo o território nacional, e 1600 cargos de confiança. Na nova estrutura, serão 498 unidades que estarão em funcionamento, e 1.222 cargos de confiança. Foi informado que os 79 (setenta e nove) cargos de FG-2 das agências fechadas, serão realocados nas Superintendências, e que os 33 cargos vagos na atual situação, passarão a ser ocupados.

4. Nova estrutura da Secretaria do Trabalho e o Projeto Unifica: A nova estrutura da Secretaria do Trabalho está prevista para 31 de julho próximo. O projeto Unifica, que consiste na fusão dos serviços da área meio, nos estados, especialmente, SEPES, Treinamento e SEBAM, ainda se encontra na fase de coleta de dados, cujo prazo será estendido até 17 de maio. De 20 a 23 de maio, será promovida reunião no ME com todos os superintendentes. Estes terão o prazo de até o dia 7 de junho para que apresentem um esboço de proposta de unificação dos serviços. Dia 21 de junho, é o prazo para apresentação do projeto nacional com a ciência sobre o impacto da implantação desse projeto no âmbito nacional. A conclusão está prevista para o final de julho.

Nos demais pontos da pauta, em especial sobre o novo formato do GPCOT perante o Ministério da Economia, Gestão do eSocial, mediação e capacitação de servidores para a formação de políticas públicas e discussão sobre plano de carreira, a bancada dos trabalhadores se comprometeu em protocolizar requerimentos sobre os referidos temas.

A próxima reunião ficou agendada para o dia 14 de junho, às 14h. Os membros do GPCOT se reunirão no mesmo dia, às 9h, para se prepararem para a reunião da tarde.

Brasília-DF, 09 de maio de 2019.